

ARTIGOS

Produção Acadêmica da Pós-Graduação em História da PUC-SP

Maria de Lourdes Monaco Janotti

*Marcia Mansor D'Alessio**

Refletir sobre a produção acadêmica do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP é responder a amplas exigências que vêm-se impondo à crítica histórica contemporânea.

Por específico que pareça, o objeto em pauta não deixa de ser expressivo no conjunto das inquietações do pensamento historiográfico brasileiro e de sua contribuição à consciência contemporânea.

Razões não faltariam para justificar essas inquietações, desde as de caráter particular - como a criação do doutorado em 1990 e a reformulação do mestrado dentro de uma nova concepção - até as de caráter mais geral, que respondem a indagações provenientes de proposituras teóricas radicais, anunciando o fim do próprio pensamento histórico. Os trabalhos de História possuem essas armadilhas. Por mais delimitado que seja o tema do texto produzido, uma análise crítica sobre ele envolve desde as condições materiais de sua produção até a compreensão das representações ideológicas sobre as quais se sedimenta.

O material de pesquisa consultado foi as teses e dissertações acadêmicas produzidas de 1945 a 1990 que, num primeiro momento, induziram ao uso de uma metodologia quantitativa e à construção dos três quadros-sínteses utilizados neste artigo. A partir destas constatações iniciais, emergiram indagações qualitativas pertencentes a um universo de componentes circunstanciais. Dele emergem naturalmente as relações institucionais, o cotidiano das atividades acadêmicas e as dimensões tangíveis da reflexão histórica no Brasil, que se referencia na História ela própria, revelando a relação história/historiografia.

A produção acadêmica se constitui em um campo particular da historiografia à medida que cria seus próprios padrões temáticos, discursivos, teóricos, metodológi-

* Departamento de História, PUC-SP/USP e Departamento de História, PUC-SP, respectivamente.

cos e críticos. Encontra-se respaldada em instituições reconhecidas pela sociedade e pelo Estado como detentoras do saber, tendo assim as universidades conquistado hegemonia, embora não exclusividade, enquanto lugar de produção do conhecimento histórico.

As academias convencionaram entre si normas para a elaboração e divulgação do conhecimento. Isto, embora se constitua em limites para a criação individual, também representa uma ampliação do próprio conhecimento, pois, ao criar códigos comuns de compreensão permite, com nitidez, visualizar linguagens específicas de reconhecimento internacional. Há, portanto, uma cultura acadêmica no interior da historiografia, intrinsecamente solidária aos demais elementos constitutivos da totalidade do pensamento histórico. Assim, a análise da produção acadêmica não pode restringir-se apenas aos conteúdos internos, explica-se também por aspectos conjunturais e estruturais próprios das formações históricas no interior das quais ela se realiza.

Ao expressar anseios, críticas, explicações sobre o passado e o presente da sociedade, a historiografia não poderia deixar de ser profundamente comprometida com os aspectos políticos que envolvem a produção do saber, em todas suas fases. Nessa medida, tratando-se de compreender o conjunto de teses e dissertações defendidas na PUC-SP, de 1945 a 1990, impõem-se à consideração momentos políticos diversos da luta pelo poder no Estado e sociedade brasileiros, dentro do confronto mundial entre as nações capitalistas e socialistas. A globalidade de tais implicações, nem sempre explicitamente observável, revela-se no rastreamento da historicidade do mundo acadêmico brasileiro pleno de enfrentamentos no interior das instituições universitárias e de lutas mantidas com outras instâncias do poder público e privado.

Evidentemente, a produção em foco é uma parcela dessa historicidade, nem sempre sincronizada com todos os elementos do conjunto, possuindo especificidades e ritmos próprios.

O quadro a seguir obedece a uma disposição cronológica da produção.

Quadro I

CORPO DOCUMENTAL: TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS DE 1945 A 1990

ANO	19	45	57	60	65	67	69	70	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
MESTRADOS		1		1	1	1	1	1	1	6	1	5	1	3	3	3	1	6	7	13	12	5
DOCTORADOS	1			1																		

TOTAL DE DEFESAS = 74

Há várias razões que justificam a periodização dessa produção em duas fases distintas: de 1945 a 1970 e de 1977 a 1990. Inicialmente, deve-se considerar que o ensino superior católico em São Paulo englobava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", fundada em 1932, e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de S.Bento, fundada em 1908, ambas ministrando cursos de bacharelado e licenciatura em História. Sucessivas reformas universitárias desmembraram, em 1971, essas duas faculdades, que se reconstituíram em novas unidades. Desse contexto nasceu, no mesmo ano, a Faculdade de Ciências Sociais e Serviço Social. Em 1976, por uma reforma do estatuto, houve novo desmembramento, surgindo a atual Faculdade de Ciências Sociais que abriga o Departamento de História.

A produção da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" estendeu-se de 1945 a 1970, com características que a distinguem da fase posterior, esta ligada à criação do sistema federal dos Cursos de Pós-Graduação.

Cabe aqui uma indagação: por que incluir a produção de 45 a 70 no corpo documental desta pesquisa na medida em que o Programa de Estudos Pós-Graduados só foi instituído em 1972? Ponderou-se, principalmente, sobre seu significado como material comparativo que confere à produção posterior uma expressão muito mais ampla.

Quadro II

PRODUÇÃO DE 1945 A 1970

TEMAS	1945	1957	1960	1965	1967	1969	1970
1. H. MODERNA .Jansenismo na França	1 D						
2. H. ANTIGA .Habit. Romanas .Siollia Pré-Helênica .Origens de Roma .Limites Hist. .Antiguidade		1 M			1 M	1 M	1 M
3. H. BRASIL .Relações Igreja Estado de São Paulo .Ensino Feminino em SP (Colônia, Império)			1 D	1 M			

TOTAL = 2 DOUTORAMENTOS 5 MESTRADOS

Antes de 1970, não havia no país uma política nacional homogeneizadora sobre a titulação acadêmica. As universidades estabeleciam seus próprios critérios de titulação - pelo menos aquelas que possuíam autonomia para tanto -, conseguindo o reconhecimento da comunidade científica segundo a reputação que desfrutavam. No que se refere às universidades oficiais do Rio de Janeiro e de São Paulo, a regulamentação do doutoramento precedeu a das demais por ter sido intimamente vinculada à institucionalização da carreira universitária, que tinha por objetivo prover cargos e funções públicas de acordo com a legislação.

Essas instituições, nestes anos iniciais, atraíram docentes da PUC, que nelas se titularam doutores. O mestrado somente passou a existir a partir de 1968, sem contudo se constituir em um passo obrigatório da carreira universitária. Isto, entre outras razões, esclarece aspectos lacunares da produção da PUC de 1945 a 70, pois alguns de seus docentes e alunos titulavam-se em outras universidades do país ou do exterior, principalmente aqueles que, pertencendo à carreira eclesíastica, encontravam acolhida em instituições de ensino superior ligadas ao Vaticano.

De qualquer forma, nesse período a PUC ainda não possuía uma política sólida quanto a seus títulos universitários. Durante vinte anos só foram registrados dois doutoramentos e dois mestrados. Salienta-se, também, que quatro trabalhos, de um total de sete, abordavam temas de História Antiga e somente a partir de 1965 detectou-se um fluxo mais constante de produção.

Há, contudo, algumas tendências aparentes quanto à natureza do conjunto, que parecem resultar de iniciativas individuais e de circunstâncias aleatórias. Uma delas é, sem dúvida, o caráter genérico dos trabalhos de História Antiga. Exploram temas de grande amplitude, presentes em compêndios universitários e apóiam-se, quase exclusivamente, em concepções afinadas à construção de quadros explicativos de épocas históricas. Não apresentam acréscimos às questões até então problematizadas em estudos filológicos e arqueológicos de autores alemães, italianos e franceses do início do século.

A única tese de História Moderna, *Influência do Jansenismo na história da França*¹, também se aventurava em assunto de considerável complexidade e extensão, recorrente na historiografia francesa da época, principalmente, em obras de fisionomia nacionalista.

No entanto, os trabalhos de História do Brasil caminharam em sentido diverso: precisos são seus objetos e inovador seu corpo documental. Evidentemente, não se busca uma explicação imediatista para a produção historiográfica, entretanto, a partir da década de 50, a cultura acadêmica vinha-se preocupando em explicar a formação

1. Irineu Leopoldino de Souza (1945).

histórica nacional pela análise de seus aspectos externos e internos. Elaboravam-se explicações econômico-sociais de caráter estrutural, expressas na historiografia por investigações baseadas na noção de processo histórico brasileiro. Esses trabalhos tinham como perspectiva ideológica desmistificar as versões anteriores, tidas como não científicas.

Dentro dessa perspectiva de voltar-se para a realidade do país, aparece, em 1960, um estudo sobre educação feminina em São Paulo², anunciando objetos e abordagem, que só foram retomados nos anos 80. A tese introduz o tema da mulher, trata a questão educacional por ela própria e não como reflexo, chegando mesmo a introduzir a palavra mentalidade em seu discurso. Além disso, reforça a prática da qual emerge o historiador da PUC naquele momento: a busca e a consulta de fontes primárias. Atuavam como professores orientadores nesse período: Alfeu Domingos Lopes, Giulio David Leoni, Leda Maria Pereira Rodrigues e Pedro Calmon.

O Programa de Estudos Pós-Graduados em História, criado em 1972, inicialmente se dedicou ao mestrado, instituindo apenas em 1990 o doutorado.

A regularidade da produção a partir de 1977 possibilitou auto-avaliações constantes, permitindo que em 1985, 1990 e 1991 fossem introduzidas mudanças decorrentes da própria dinâmica interna³ do Programa.

Assim, desde 1972 até 1991, o Programa teve como Área de concentração História do Brasil e como eixo temático Estado e Sociedade, abrigando duas linhas de pesquisa: História das Ideologias no Brasil e História dos Movimentos Sociais no Brasil (1985). Em 1991, o recém-criado doutorado (1990) e o mestrado alinharam-se em nova Área de concentração - História Social, tendo como eixo temático História e Cultura, compreendendo três linhas de pesquisa: Cultura e Cidade, Cultura e Trabalho e Cultura e Representação.⁴

Outra configuração conceitual caracteriza a produção do período de 1977 a 1990, oferecendo à reflexão elementos seriais organizados em conjuntos temáticos. Nos fins dos anos 70, o Programa de Estudos Pós-Graduados começava, com a defesa de oito mestrados, a firmar-se na posição de centro aglutinador de pesquisas históricas, que se consolidaria na década seguinte, atingindo o total de sessenta e sete mestrados em 1990. (Cf. Quadro III).

2. Leda Maria Pereira Rodrigues. *A instrução feminina em São Paulo*. Tese apresentada no concurso para provimento efetivo da Cadeira de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae".

3. Cf. Relatório do P.E.P.G.H. a CAPES, ano de 1992. Itens: Proposta do Curso, Justificativa e Mudanças.

4. Embora o corpo documental deste artigo tenha-se fechado no ano de 1990 pelo caráter substancial da reestruturação do Programa, não passou despercebido que os anos de 1991 e 1992 apresentaram elevado número de teses e dissertações defendidas vinculadas às linhas de pesquisa que vigoraram até 1991.

Quadro III

CLASSIFICAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS
NO PROGRAMA DE HISTÓRIA
SEGUNDO A TEMÁTICA ESTUDADA - 1977 A 1990

TEMAS	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	TOTAL/P.
1. Política/Estado		4	1	1		1				1		2		1	11
2. Movimento Operário/ Trabalhadores Rurais		1		1	1	1	1				1	2	2		10
3. Lutas Populares/ Condições de Vida									1	2		1	1	1	6
4. Arte/Autores								1			1		3	1	6
5. Economia				1			1				1	2			5
6. Cidade, Modernidade, Cotidiano												2	1	1	4
7. Imigração/Migrantes		1									1	1	1		4
8. Igrejas						1				1			1	1	4
9. Empresariado/ Organizações								1		1		1			3
10. Escravos				1							1		1		3
11. Historiogr. Brasil: Fontes											2		1		3
12. Instituições Sociais										1		1			2
13. Memória/ Comunidade							1						1		2
14. Romance Histórico												1			1
15. Instituições Governamentais									1						1
16. Micro-Regiões				1											1
17. História da Ciência	1														1

TOTAL = 67 Dissertações

Poderia parecer de imediato que uma produção, abarcando apenas quatorze anos do Programa, dificilmente se caracterizaria por traços definidos. No entanto, o intenso compromisso do Programa com a historicidade de sua época foi capaz de gerar esta caracterização. Há um encadeamento temático, estreitamente vinculado às linhas de pesquisa escolhidas pelo Colegiado diretor do Programa, compromissado em interpretar a realidade social, e atuar no sentido de modificá-la.

É possível imaginar a apreensão cognitiva do material produzido pela relação que se estabeleceu entre autores, temas e interlocutores daí decorrentes. Nessa relação, nota-se que há trabalhos muito próximos entre si, que se desenvolvem no mesmo universo conceitual apreensível na observação de indicativos como: bibliografia e fontes consultadas, escolha e recorte do tema, intencionalidade e vocabulário contidos no texto. Há, em suma, uma forma de conceber a própria investigação e a construção do discurso, segundo um universo de representações sobre a contemporaneidade brasileira e o papel social do historiador, que concedem fisionomia própria a conjuntos de trabalhos no total da produção. Nutrem-se das mesmas matrizes teóricas envolvidas nas análises sobre uma época de ditadura militar e de desorganização da sociedade civil. São respostas possíveis a uma realidade hostil à vida universitária e à produção crítica.

O fim da década de 70 inicia um período com perfil muito nítido: a grande maioria das dissertações revela uma prática historiográfica cujo traço fundamental é a preocupação com a totalidade histórica, introduzida pela abordagem marxista e pela *École des Annales*. A bibliografia revela uma maior influência do marxismo pelo número de autores brasileiros ou estrangeiros dessa tendência mencionada. O resultado são trabalhos que primam por estabelecer relações entre as dimensões estruturais do real, deixando transparecer a existência de um princípio analítico localizado nas “relações de produção”, já que os estudos partem da observação da situação econômico-social para analisar outras instâncias.

Uma questão muito explorada nesse período - não poderia ser diferente - é a questão das classes sociais. A palavra “classe” marca fortemente o vocabulário, datando um período historiográfico hoje em declínio.⁵

Em termos bibliográficos, existe uma predominância muito grande de obras que tratam de temas de economia e um número significativo de obras sociológicas. Em quase todos os trabalhos, essas obras superam numericamente as de historiadores.

5. Sobre o empresariado ver Jean Claude Silberfeld. *O grupo permanente de mobilização. Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo* (1984). Ilka Stern Cohen. *Em nome das classes conservadoras: Associação Comercial de S. Paulo* (1986). Terezinha Ferrari. *Ensaio de Classe: o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de S. Paulo 1919-1931* (1988).

A ditadura militar, instaurada em 1964, e a resistência dos partidos de esquerda aguçavam o interesse pelo estudo do autoritarismo e da história do Partido Comunista no Brasil. Sobre esses temas incide o maior número de dissertações defendidas, buscando compreender as origens do fracasso democrático brasileiro. Essa arqueologia do pesadelo que atormentava o país levou à concentração de pesquisas, principalmente, em torno da década de 30, momento detectado como gerador das contradições contemporâneas.⁶

Os estudos sobre o pensamento conservador, tendo como perspectiva mais abrangente a análise ideológica, centravam-se em uma série de autores, entre eles Plínio Salgado e Gustavo Barroso⁷. Igualmente, este rastreamento do autoritarismo foi responsável pela abertura de inédito campo de investigação: o da extrema direita monarquista⁸, precursora da radical organização Tradição, Família e Propriedade, bastante influente no governo ditatorial.

Assim, em 1990, surgiu o primeiro trabalho vinculado diretamente à Revolução de 64: *Limites da imaginação criadora. Os discursos parlamentares no Governo Geisel 1974-1978*.⁹

A questão política aparece também em outros temas não necessariamente ligados ao autoritarismo e ao Estado e com outras formas de abordagem como, por exemplo, a ênfase no conflito de grupos gerando lutas internas de poder¹⁰. Esses trabalhos vêem a luta política sendo gestada nas relações sociais e nas relações de produção, mas introduzem conceitos e vocabulário encontrados em autores marxistas que trabalharam enfaticamente a questão do poder como Althusser, Gramsci e Poulantzas.

6. Alguns exemplos: Vera Hercília F. Pacheco Borges. *A História de uma esperança e muitos desenganos: Getúlio Vargas e a imprensa paulista 1926-1932* (1978). Francisca Simão de Souza. *Interventorias no Ceará Política e Sociedade* (1982). Wilson Montagna. *A aliança Nacional Libertadora e o partido comunista brasileiro* (1988). Cleide Lopes. *Em cima do acontecimento - A revolução de 30 e a imprensa paulista* (1988).
7. Maria do Pilar de Araújo Vieira. *Em busca do sigma. O pensamento político de Plínio Salgado* (1978). Antonio Rago. *A crítica romântica à miséria brasileira. O pensamento integralista de Gustavo Barroso* (1989). Foram defendidas em 1992 ainda duas dissertações nesta linha, sobre Azevedo Amaral de autoria de Maria Aparecida de Paula Rago, e sobre Guerreiro Ramos de autoria de Elisabeth Juliska Rago.
8. Tereza Maria Malatian. *A ação imperial patrianovista* (1978).
9. Vitória Rodrigues e Silva. Em 1991, 92 e 93, várias dissertações foram defendidas sobre esse tema, à guisa de exemplo confira *Memória e Poder: as criações memorialísticas e o regime de 64*, de Lucileide Costa Cardoso (1993).
10. Marly Maria Kopczynski. *Estruturas de poder numa economia de subsistência* (1980). Denise Monteiro Takeya. *Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte* (1983). Conceição Aparecida Fornasari. *Do monopólio da propriedade da terra ao monopólio açucareiro em Santa Bárbara do Oeste* (1988).

A vitória da Revolução Cubana em 1959 e a irradiação de suas idéias, propostas e práticas para o terceiro mundo, as promessas de felicidade colocadas pela “revolução cultural chinesa” e vivenciadas como se já fossem a própria felicidade, os movimentos de maio de 68, a vitória do Vietnã em 75 foram eventos que motivaram a euforia das esquerdas nesse período, em função da sensação de que a utopia socialista pouco a pouco se realizava. Intelectuais, artistas e escritores reforçam sua atenção às classes desfavorecidas, aprofundam sua sensibilidade face ao sofrimento coletivo, enfatizam o sentimento de solidariedade. Relembrando a situação brasileira, tem-se o auge e o declínio do milagre econômico, períodos marcados por enorme concentração de renda, realidade nebulosa na fase áurea, extremamente visível no período de seu esgotamento. Acirram-se as contradições de classe, surgindo movimentos armados no campo e na cidade contra a ditadura militar. Trabalhadores se movimentam, recriando sua condição, sua auto-imagem e colocando a palavra trabalho no centro do vocabulário político nacional¹¹. Provavelmente, todas essas vivências tenham uma relação com o lugar ocupado nas ciências sociais e, posteriormente, na história pelos temas referentes às classes trabalhadoras.

Uma primeira forma historiográfica tomada por esse interesse foi o estudo do movimento operário. O impulso em direção à classe trabalhadora se reforça e, nos anos 80, cada sinal de mobilização popular era atentamente observado pelos cientistas sociais. Buscava-se, ansiosamente, compreender as questões da cidadania e lutar por elas. Aprofunda-se, a partir daí, um importante campo de reflexão sobre movimentos sociais. Os estudos anteriores, que davam aos operários apenas a função de força produtiva ou confinavam a classe trabalhadora nos quadros das organizações formais, foram questionados, surgindo a proposta de um novo olhar, suficientemente amplo, capaz de captar o viver pleno desses setores da população.

Poder-se-ia dizer que, no início da década de 80, a crítica ao leninismo é elemento constitutivo da nova força de esquerda que se constrói no país. Do ponto de vista do conhecimento, um dos aspectos mais fortes desta postura crítica foi o questionamento da concepção de vanguarda, que teve como efeito analítico o deslocamento das lideranças (pessoas ou partidos) do lugar privilegiado que ocupavam na feitura da História. O sujeito histórico passou a ser o homem anônimo, o lutador até então ignorado.

Embora essa postura tenha alimentado a constituição do mencionado novo olhar, em alguns casos, levou à construção do “mito-povo” ao homogeneizar as “massas” na condição de portadoras de todas as virtudes. Esta e outras idealizações

11. Investigações sobre a formação do proletariado brasileiro focalizaram sua atenção sobre o trabalho escravo e a imigração: Lucia Helena Gaeta Aleixo (1980), Maria Evilnades Petrauskas (1987), Antonia Terra de Calazans Fernandes (1989), Maria Irani Boldrini (1989), Mercedes Gassen Kothe (1987).

acabaram por produzir um discurso historiográfico que poderia ser chamado de “militante” e que, geralmente, revela uma concepção de História que incorpora o futuro na análise do passado e do presente, substituindo a observação pela pregação de uma utopia. Temas importantes de história política aparecem despolitizados nesta prática historiográfica à medida que a crença no desejo como artifice da história obscurece o jogo do poder que nela se coloca incessantemente.

Nos anos 80, a produção historiográfica da PUC se aproxima muito da produção sociológica em termos de objetos, temporalidade trabalhada e procedimentos metodológicos. São analisados fenômenos recentíssimos e pontuais como, por exemplo, o caso de uma dissertação cujo tema se refere à década de 80, defendida em 86 e, que, segundo o autor:

o objetivo do [...] trabalho não foi o de recuperar a história dos movimentos populares em Santo André, mas limitou-se a estudar o comportamento das classes populares de alguns desses movimentos.¹²

A bibliografia dos trabalhos revela o extremo parentesco entre a Sociologia, a Ciência Política e a História, bem como a utilização de memórias de militantes do movimento operário, documentação sobre greve e jornais como fontes.¹³

A atenção do olhar historiográfico em direção à vida do trabalhador rural e urbano abre um leque infinito de novos objetos¹⁴. A historiografia passa a contemplar temas como habitação, saúde, lazer, religião, alimentação, costumes, emoções, lembranças, etc. Revela-se a necessidade de pesquisar a intimidade da História. É sintomática a emergência da palavra “cotidiano” nas dissertações da segunda metade da década de 80.

O desenvolvimento temático rico em sugestões teóricas apontou para novas problemáticas que orientariam mudanças introduzidas no Programa em 1990: as linhas de pesquisa Cultura e Cidade, Cultura e Trabalho, Cultura e Representação. Essas novas perspectivas encontram-se também nas pesquisas dos professores

12. Antonio de Almeida. *Movimentos sociais urbanos. Conteúdo social do movimento popular na cidade de Santo André*.

13. Cf. entre outras, Yara Maria Aun Khoury. *As greves de 1917 em S. Paulo e o processo de organização operária* (1978); Helena Pignalari Werner. *A greve de 1909 na Vidraria Santa Marina e seus reflexos em Osasco* (1980).

14. Cf. Maria do Rosário da Cunha. *A classe operária: uma temporada no paraíso - Rio de Janeiro 1923-1924* (1987); Vera Lúcia Vieira. *Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento operário em S. Paulo de 1945 a 50* (1989); Estevão Lukacs Junior. *Terras carregadas de vidas e peripécias de um processo revolucionário: O caso de la Convención Peru 1958-63* (1988).

orientadores do Programa¹⁵ Antonio Pedro, Déa Ribeiro Fenelon, Elias Thomé Saliba, Estefânia Knotz Canguçu Fraga, Holien Gonçalves Bezerra, Leda Maria Pereira Rodrigues, Marcia Mansor D'Alessio, Maria Antonieta Antonacci, Maria Irges Borges Pinto, Yara Aun Khoury, Yvone Dias Avelino.

Autores como Foucault, Walter Benjamin, Raymond Williams, E. P. Thompson, Raphael Samuel, os da “nova história francesa” e outros suscitavam problemas desafiadores para o historiador. Era o fim das explicações esquematizantes e gerais; começava-se a valorizar os particularismos, neles descobrindo novos espaços de luta e resistência.

Além da Sociologia e da Ciência Política, a Antropologia consorciava-se com a História: o inusitado e o diferente constituem-se em objeto de conhecimento. Porém, não se trata mais da concepção de culturas exóticas, objetos da antropologia no passado, mas do diferente dentro do conhecido, do “outro” dentro do “nós”. E novamente há um desdobramento de temas antes não visitados. A palavra cultura é a melhor solução semântica para cobrir um universo tão amplo, tão anti-convenicional, porém tão histórico. Esfaca-se a univocidade que, por vezes, a montagem do discurso demonstrativo exigiu. Foucault é bem vindo ao pulverizar o poder por todos os poros do tecido social. O filósofo-historiador passa a constar da bibliografia em dissertação de 1986.

No impulso em direção à subjetividade e à intimidade, a memória faz sua aparição, passando a ocupar, futuramente, amplos espaços na reflexão.

Lutas populares por melhores condições de vida emergem como temas priorizados pelas dissertações¹⁶. Estes objetos imbricam-se em vários casos com a ação de agentes de movimentos religiosos, principalmente os pertencentes às Comunidades Eclesiais de Base, filhos da Teologia da Libertação. Também este viés, encontra-se implícito em significativo número de trabalhos sobre Cidades.

Quando Paul Veyne afirmou que Foucault revolucionou a História, sabia que os seus trabalhos seriam referências obrigatórias em pesquisas sobre o saber, o cotidiano, o pensamento como prática, o higienismo, etc. Isto sucede exemplarmente

15. Há professores que atuaram no Programa de 1977 a 1983, são eles: Antonio Carlos Bernardo, Casemiro dos Reis Filho, Constança Marcondes César, Evaldo Amaro Vieira, José Cláudio Barriguelli, Leon Pomier, Luciara Silveira de Aragão Frota e Paulo-Edgar Rezende, orientadores de uma dissertação; Helena Fanganiello e Mauricio Tragtemberg, orientadores de duas e três dissertações, respectivamente.

16. Erivaldo Fagundes Neves. *Invasões em Salvador: um movimento de conquista do espaço para morar 1946-1950* (1985); Antonio de Almeida. *Movimentos sociais urbanos: conteúdo social do movimento popular na cidade de Santo André* (1986); Geraldo Francisco Filho. *O aumento dos contingentes favelados na cidade de S. Paulo de 1975 a 1985: o problema da moradia* (1986); Geraldo Antonio Rodrigues. *Lutas populares de saúde e a pastoral católica na Zona Leste 1968-1988* (1988).

em dissertações que se voltam para o desvendamento do universo urbano e da modernidade, recorrendo também a autores nacionais e estrangeiros afinados com interpretações sócio-culturais.¹⁷

Na configuração das mudanças do pensamento histórico, vão assumindo relevância assuntos vinculados às atividades artísticas, sejam elas oriundas da cultura popular, erudita ou acadêmica e da indústria cultural. Adorno, Barthes, Benjamin, Eisenstein, Franca, A. Hauser, Freud, Nietzsche, O. Paz e R. Williams com mais frequência que outros visitam as bibliografias dos trabalhos mais recentes ao lado dos modernistas brasileiros e de seus críticos. Os mestrados debruçam-se sobre Oswald de Andrade, Adonias Filho, Alcântara Machado, na música popular, “arte engajada”.¹⁸

Dentro desses parâmetros teóricos, os pesquisadores passaram também a utilizar-se de documentação oral, realizando entrevistas com depoentes que lhes possibilitassem entrever diferentes opiniões sobre os acontecimentos ou lhes fornecessem as chaves para a compreensão dos sentimentos aflorados pelas reminiscências.¹⁹ Atualmente, já é visível o prestígio que depoimentos orais conseguiram na produção acadêmica. Incorporados ao discurso histórico, ainda que de forma polêmica, relatos e histórias de vida contribuem para atribuir-lhe, cada vez mais, caráter imediatista/presenteísta.

Nos anos de 1991 e 1992, o Programa de Estudos Pós-Graduados em História teve 38 dissertações de mestrado e aprovada sua primeira tese de doutoramento²⁰. Esses trabalhos evidenciam persistências temáticas e metodológicas incidentes ainda sobre: autoritarismo, lutas populares, saúde pública, higienização e disciplinarização urbanas, relações de trabalho e modernização da produção.²¹

17. Denise Bernuzzi de Sant’Anna. *O prazer justificado: Lazer em São Paulo 1969-1979* (1988); Ednea Mascarenhas Dias. *Manaus 1890-1920. A ilusão do Fausto* (1988); Glicia de Carvalho Aragão. *As relações de poder em uma instituição psiquiátrica* (1988); Hermetes Reis Araújo. *A invenção do litoral. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república* (1989); Henrique Luiz Pereira Oliveira. *Os filhos da falha. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro 1828-1887* (1990).

18. Cf. respectivamente: Maria de Lourdes Eleutério (1987), Elaine Sabra Vieira (1990), Lea Lopes Martins (1984), José Geraldo Vinci de Moraes (1990), Marcos Justo Tramontini (1989).

19. Como exemplo ver *Recortes do imaginário social de pescadores profissionais artesanais em águas fluviais. O caso da colônia de pescadores z-4, com sede em Aquidauna-MS, 1954* de Carlos Frederico Corrêa da Costa (1989).

20. Maria Bernardete Ramos Flores. *Teatros da vida, cenários da história. A farra do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina*.

21. Cf. respectivamente: Célia Cerqueira de Araújo (1991), Pedro Pereira Torres (1992), Eduardo Vilela Thielen (1992), Sebastião Rogério de Barros da Ponte (1992), Eleana Tadeu Terzi (1991).

Emergem, nesse grande conjunto da produção atual e com forte presença, temáticas relacionadas à situação feminina, situação do menor, práticas e culturas religiosas, música popular, imagens do urbano, imprensa infantil, esporte e lazer de massa. Essas pesquisas vinculam-se, na sua maioria, à história das representações que concedem lugar hegemônico à análise²² das manifestações culturais.

A pesquisa dos trabalhos acadêmicos da PUC-SP revelou algo importante a ser ressaltado, qual seja, a dinâmica interna da produção. Tendências historiográficas distribuem-se no tempo cronológico e aparecem configurando períodos. Evidentemente, os “acazos” ou produções dispersas existem, porém não com presença suficiente para abafar o perfil da época dado por uma permanência de procedimentos, que têm em geral, a duração de uma década.

Constatam-se, portanto, momentos conjunturais da produção que a datam e, por conseguinte, historicizam-na. Foi esta realidade temporal que permitiu algumas observações sobre a natureza da produção acadêmica - que se revela *coletiva* no sentido de que os estudos se referenciam e se apóiam uns nos outros. Criam-se espécies de códigos que são utilizados nos trabalhos de uma época, de um momento. Poder-se-ia chamá-los *matrizes*, entendendo por elas formulações ou elaborações significativas, que passam por um processo de consolidação e são usadas para analisar diferentes situações históricas. Essas elaborações bem sucedidas tornam-se matrizes - quase pressupostos - quando são muito satisfatórias enquanto compreensão do real histórico. Por outro lado, pode-se pensar (foucaultianamente) no seu surgimento como resultado natural da disputa de espaço pela hegemonia na arena do saber. Nesta correlação de forças específica e idiossincrática, interpretações vitoriosas se consolidam. Se estas hipóteses fazem sentido, dificilmente uma poderia ser desvinculada da outra.

Não só matrizes e métodos revelam o caráter coletivo da produção acadêmica, mas também temas e objetos. A transformação historiográfica se dá quando ocorre uma espécie de saturação de reflexões, ou seja, quando a produção mostra que suficiente reflexão já foi feita naquele momento, sobre aquele tema, com aquela abordagem. A partir daí, matrizes, métodos e objetos passam a compor um código que data historicamente a produção. O impulso “externo” de transformação da historiografia é dado pela própria História, na sua condição de produtora de situações de duração conjuntural. Ou seja, existe uma relação íntima entre situações históricas

22. Cf. respectivamente: Maria Bueno Bastos (1992), Maria José Menezes (1991), Cleusa Beraldi Colombo (1991), Vítor Gabriel de Araújo (1991), Laura Antunes Maciel (1992), Olga Brites (1992), Plínio José Labriola de Campos Negreiros (1992).

vividas e construção de objetos de investigação que se renovam a partir do impacto de vivências coletivas imediatas.

Outros elementos identificam, ainda, a cultura histórica acadêmica. No que concerne a fase de exposição, o vocabulário revela claramente o período em que a reflexão foi feita; palavras e expressões aparecem e desaparecem datando o conjunto da produção. Em se tratando da fase de investigação, fontes e bibliografia dão igualmente visibilidade a conjunturas intelectuais específicas.